

Um expurgo de 3 a 5%

A medida foi confirmada por Galvães. E já se sabe que essa redução nos índices que medem os aumentos de preço não deve ultrapassar 5%.

O Fundo Monetário Internacional já teria aprovado a desindexação da economia (o FMI queria medidas mais drásticas), que poderá ser anunciada até segunda-feira, afetando o INPC, a correção monetária e a inflação (há dúvidas se a taxa cambial será incluída) agora de junho. O ministro da Fazenda, Ernane Galvães, não quis informar qual o redutor ou redutores a serem aplicados. Sabe-se apenas que os computadores oficiais estão testando modelos, que permitam às autoridades adotar ou não novos expurgos nos meses seguintes, e há dúvidas entre a adoção de um redutor único ou de redutores específicos para cada índice. Também o controle de preços dos produtos industriais se deverá tornar mais rigoroso.

O secretário-geral do Ministério do Planejamento, José Flávio Pécora, que almoçou com Galvães, confirmou que o expurgo "será geral" e que "no mais tardar" na segunda-feira o novo pacote será anunciado. Os técnicos estão agora "avaliando a operacionalidade e implicações dos expurgos, porque a atual estrutura de índices já está montada nos computadores e temos de ver isso tudo".

"Mérito industrial"

O ministro da Fazenda também esteve ontem no Rio para receber a medalha do "Mérito Industrial", da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). Em discurso feito de improviso na solenidade, Galvães foi veemente: "Não adiantam as críticas destrutivas. Não adianta dizer que o Brasil não aceita viver com as imposições que vêm de fora e nem conviver com a recessão, porque esta é a realidade".

Frisou que a responsabilidade pela superação das dificuldades não é só do governo: "Sabemos que os diretores das estatais não vão mandar flores ao ministro Delfim Neto, nem os banqueiros mandarão flores a mim, bem como os motoristas de táxi não mandarão flores ao presidente Figueiredo".

Após a homenagem, Galvães falou sobre a desindexação, dizendo que a idéia é realizar expurgos dos aumentos de preços resultantes do pacote, como os cortes de subsídios ao trigo e ao petróleo, no índice de preços por atacado e no índice de custo de vida que têm o maior peso no Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas (medida da inflação), "enxugando" dessa forma a correção monetária que se baseia no mesmo IGP. Mas a correção cambial poderá simplesmente não ser alterada, ou ser expurgada "em menor proporção" do que os outros índices. O expurgo também atingiria o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, na mesma intensidade que a correção monetária. Essas medidas valerão apenas para o mês de junho, retomando-se após os mesmos critérios anteriores. Desse modo, seriam calculados a partir de junho um IGP e um INPC reais e outros expurgados, e ambos, os índices reais de junho e os índices expurgados do mesmo mês, serviriam de base para cálculos posteriores acumulados dos dois índices, em 12 meses, por exemplo.

Como explicou o ministro da Fazenda, as medidas atingiriam principalmente salários, aluguéis, preços-mínimos na agricultura (calculados com base no INPC), a prestação da casa própria, cadernetas de poupança, contratos e balanços, além de ter um efeito redutor sobre a dívida pública que, segundo o próprio ministro, está em torno dos Cr\$ 10 trilhões, sendo Cr\$ 3,5 bilhões em papéis "fora do mercado".

Dessa maneira, Galvães afastou a desindexação total que importaria na extinção da correção monetária e do INPC. Admitiu que, ao lado do expurgo dos efeitos do último pacote econômico, poderá ser adotado também o expurgo de **accidentalidades** como as recentes frustrações da safra, ou seja, um sistema misto combinando os dois critérios e que ele pessoalmente defende.

ORTN cambial

Com o expurgo também do IGP (o índice da inflação), o ministro acredita que estará solucionado o problema da Resolução 802, isto é, após os expurgos serão mantidas nos mesmos níveis as correções monetária, cambial e a inflação. Sem o expurgo do IGP, acrescentou um técnico, haveria uma especulação desenfreada com a ORTN cambial, mais valorizada, e a Resolução 802 teria que ser revogada.

Fonte qualificada da Fazenda confirmou que em julho o governo poderá fazer repetir os expurgos, "desde que ocorram novas accidentalidades climáticas e se não for feito ainda este mês o corte nos subsídios do trigo".

Técnicos da Fazenda disseram que a inflação de junho, de qualquer modo, será alta. "Será tanto mais alta dependendo da menor intensidade do expurgo".

Controle de preços

O ministro Galvães disse também que o governo vai rever o controle sobre os preços. Será mudada a Portaria 13, que determina um reajuste máximo de 90% da ORTN de 273 preços industriais. A idéia do governo, conforme uma fonte da Fazenda, é baixar de 90% para 70% da ORTN o limite máximo para o reajuste de preços industriais, ou limitá-los em 80% do INPC. Galvães comentou apenas "que é por aí: haverá algumas modificações, mas é por aí".

Ele confirmou que a idéia do governo é fazer o reajuste trimestral dos preços em vez de mensal, como atualmente. Técnicos, por sua vez, disseram que uma das grandes preocupações é justamente como fazer esse controle de preços.

As pressões do FMI

Enquanto isso, as autoridades continuam tentando negar que o FMI esteja realizando qualquer pressão sobre a política econômica. Ontem, o ministro da Fazenda desmentiu que a desindexação esteja sendo discutida com os auditores do Fundo, em Brasília. "Mas evidentemente interessam ao FMI os resultados dessas medidas." O secretário do Ministério do Planejamento, José Flávio Pécora, assegurou que "isso é problema interno, só nosso".

No entanto, o chefe da Secretaria de Abastecimento e Preços, José Milton Dallari, comentou que os fiscais do FMI, com quem esteve reunido ontem por cerca de duas horas, consideraram boa a iniciativa.

Outros técnicos do governo explicaram que o FMI vem pressionando no sentido de o governo adotar medidas drásticas para conter a inflação, enquanto o governo insiste que inclusive o controle de preços tem de ser feito gradualmente. "Nessa discussão, a gente chega a um consenso." Os técnicos reclamam que o FMI não tem a devida sensibilidade política: "Eles só olham o que tecnicamente pode ser feito, não sabem que existe uma dona Ivete Vargas, um acordo com o PTB, uma sucessão presidencial".